

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República**

Excelência:

Agora que a aplicação do Acordo Ortográfico se tornou obrigatória nos documentos oficiais, vai surgindo com evidência o empobrecimento da língua portuguesa dele decorrente, o que causa profundo desgosto a muitos dos nossos concidadãos na Região Autónoma dos Açores.

A fúria para a aplicação à força dos devaneios de alguns teóricos é mais uma marca negativa da desgraçada governação socratiana, que pôs o país na bancarrota e infligiu rombos vários nos próprios alicerces da sociedade portuguesa.

A língua, que é um dos nossos maiores patrimónios e define a nossa própria identidade, não conseguiu escapar à modernice inculta de tão infausto período.

Foi apressada a entrada em vigor do Acordo, apesar da maior parte dos países em que o Português é a língua oficial não ter dado mostras de querer aplicar regras tão insanas e ainda por cima confusas.

Invocou-se a importância do Brasil, que é inegável — mas entretanto não há sinais de as empresas editoriais portuguesas estarem a ter facilidades de exportação para aquele mercado imenso e até a Livraria Camões, no Rio de Janeiro — marco de presença cultural portuguesa — foi abandonada por entidade públicas e vai fechar.

Nota-se já um movimento de revolta contra o Acordo Ortográfico e a generalidade dos colunistas residentes da imprensa de referência recusa ostensivamente escrever segundo as suas estultas prescrições.

Os formulários electrónicos do Parlamento não respeitam essa liberdade aos Deputados, o que

é lamentável!

O Governo em funções tem já provas dadas na correcção de erros de palmatória da governação exautorada nas eleições de Junho de 2011 — e nisso, com *troika* ou sem *troika*, convém que não se coíba!

Nestes termos, os Deputados do PSD eleitos pela Região Autónoma dos Açores, ao abrigo das disposições aplicáveis da Constituição e do Regimento formulam ao Governo, através do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, as seguintes perguntas:

- a) Que vantagens para Portugal decorreram até agora da aplicação do Acordo Ortográfico, nas relações com os outros países lusófonos?
- b) A diplomacia económica do Governo inclui a promoção das edições portuguesas no Brasil e com que resultados, estimados e já obtidos?
- c) Na prática, o Acordo Ortográfico põe-nos a escrever o português do Brasil. Que outros países lusófonos estão a proceder do mesmo modo?
- d) Acha o Governo viável promover a revisão do Acordo Ortográfico, envolvendo todos os países lusófonos e nestes com participação directa dos seus escritores e homens de letras, com expresso afastamento de linguistas teóricos e sem produção literária conhecida?
- c) De imediato, encara o Governo a possibilidade de suspender a aplicação do Acordo Ortográfico em Portugal, revogando mais uma lei socratiana e assim dando resposta a críticas e apelos vários de pessoas credenciadas?

Palácio de São Bento, terça-feira, 31 de Janeiro de 2012

Deputado(a)s

MOTA AMARAL(PSD)

JOAQUIM PONTE(PSD)

LÍDIA BULCÃO(PSD)